

## 5. PROGRAMAS DE GESTÃO

No decorrer dos capítulos sobre os programas deste Plano de Manejo, assim como nos demais planos de manejo elaborados para outras unidades de conservação, está demonstrado o quanto pode ser complexo o processo de gestão das unidades de conservação. Muitas vezes torna-se bastante difícil o ajuste entre os dispositivos legais vigentes e as resoluções das demandas que surgem para os gestores, local ou regionalmente.

As unidades de conservação são criadas por ato do poder público (lei ou decreto do governo federal, estadual ou municipal) com o objetivo de conservação dentro de limites territoriais, sob regime especial de administração, com ênfase nas garantias de proteção da biodiversidade e outros atributos de relevante valor ambiental, como o são as cavidades naturais subterrâneas.

A história do sistema de unidades de conservação, tanto no Brasil quanto no Estado de São Paulo, não é recente; mais de cinco décadas se passaram desde que o primeiro parque estadual paulista foi criado<sup>1</sup>; contudo, principalmente em razão do surgimento das áreas protegidas ter-se dado em meio à ausência de um sistema desenhado para abrigá-las – tanto em nível nacional quanto nos estados da federação – muito ainda há que se fazer para que o atual sistema de unidades de conservação seja considerado plenamente satisfatório. Uma questão a ser destacada é a responsabilidade excessiva que recai sobre os gestores das unidades.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC foi instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000 e estabelece categorias específicas de unidades de conservação divididas em dois grupos: proteção integral e uso sustentável.

No Estado de São Paulo, a gestão da quase totalidade das unidades de conservação é responsabilidade do Sistema Estadual de Florestas - Siefloor; a Fundação Florestal administra unidades, entre parques estaduais, estações ecológicas, reservas biológicas (unidades de proteção integral) e áreas de proteção ambiental - APA, reservas de desenvolvimento sustentável – RDS e reservas extrativistas - Resex (unidades de uso sustentável) e o Instituto Florestal administra unidades, entre Estações Experimentais, Florestas Estaduais e um parque estadual.

Segundo dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação <sup>2</sup>, o Estado de São Paulo apresenta 211 unidades de conservação categorizadas pelo SNUC, sendo 60 federais, 123 estaduais e 28 municipais. A maioria das UC estaduais é administrada pelo Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR, sendo 104 pela Fundação Florestal e 15 pelo IF. (ver Mapa Unidades de Conservação do SIEFLOR nas páginas iniciais deste Plano de Manejo).

---

<sup>1</sup> PE de Campos do Jordão, criado em 27 de março de 1941.

<sup>2</sup> [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br) (acesso em junho de 2015).

A gestão das unidades de conservação envolve vasta gama de complexidades, cuja compreensão tem constituído a preocupação de vários, senão de todos os setores envolvidos com o tema, sejam ou não gestores das áreas. As dificuldades são de toda ordem e, não tendo sido ainda possível superar grande parcela delas, tem-se que essas áreas continuam sofrendo diversas ameaças, como a exploração de recursos naturais em seu interior e impactos decorrentes de atividades desenvolvidas em seu entorno. Também merece destaque a dificuldade de equacionamento das questões relacionadas às ocupações irregulares, bem como a regularização do domínio sobre as áreas que compõem tais unidades de conservação.

No caso da Estação Ecológica de Xitué, em função das contingências administrativas ao longo de sua história, desde sua criação, em 1986 e das dificuldades de acesso, os processos efetivos de gestão não foram implantados.

As propostas constantes neste Plano de Manejo configuram-se nos subsídios para a efetiva implantação da EECX, em consonância e integração com o PE Intervalles.

No Programa de Gestão Organizacional, Proteção e Interação socioambiental tais propostas estão enfatizadas. O Programa de Pesquisa Científica e Manejo indica novas perspectivas para a unidade, valorizando seus atributos e indicando a necessidade urgente de estudos específicos sobre a área, além de suas linhas de ação estabelecerem-se como suporte para a implantação do Programa de Uso Público/Educação Ambiental.

O Programa de Regularização Fundiária traz o diagnóstico da situação patrimonial da unidade e demonstra que, apesar de haver conflitos e disputas pela posse da terra, como é frequente em outras UC, a consolidação das divisas e a organização documental são de fundamental importância.

Os Programas de gestão estão organizados em Estratégias e Linhas de Ação, que são consonantes e integrados aos programas elaborados no Plano de Manejo do PEI, muitas vezes com a mesma redação; por esta razão, alguns dos indicadores não estão aqui explicitados, devendo ser considerados os mesmos estabelecidos para as ações dos Programas do PEI e aplicados de forma conjunta, à medida que as propostas forem sendo implantadas.